

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 1821/2014 - FUNAPE, com vigência a partir de 01/06/2014

CONSIDERANDO o pronunciamento exarado pelo Núcleo de Atos de Pessoal deste Tribunal;

CONSIDERANDO a adequação do meio utilizado pela Administração para efetivação da desaposentação da interessada;

CONSIDERANDO a jurisprudência firmada neste órgão quanto ao instituto;

CONSIDERANDO que a aposentadoria constitui direito disponível, o que autoriza sua renúncia;

Julgo legal o ato sob exame, ficando revogado o Acórdão n.º 1.418/07, que concedeu registro à aposentadoria da interessada, lavrada nos autos do Processo TC n.º 0701375-9, como consequência natural do registro da desaposentação sob análise.

Recife, 19 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 7136/2014

PROCESSO TC Nº 1203646-8

APOSENTADORIA

INTERESSADO(S): EMILIE GUEDES DE ARAÚJO LIMA

JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 0909/2012 - FUNAPE, com vigência a partir de 31/03/2012

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC nº 22/2013.

Recife, 22 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 7137/2014

PROCESSO TC Nº 1405337-8

APOSENTADORIA

INTERESSADO(S): DITAMAR SANTOS FALCÃO

JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 2322/2014 - FUNAPE, com vigência a partir de 31/07/2014

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC nº 22/2013.

Recife, 23 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 7138/2014

PROCESSO TC Nº 1403635-6

APOSENTADORIA

INTERESSADO(S): MARIA GRACIETE DE LIMA FERREIRA

JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria AP nº 0071/2014 - CARUARUPREV, com vigência a partir de 14/04/2014

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC nº 22/2013.

Recife, 22 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 7139/2014

PROCESSO TC Nº 1403636-8

APOSENTADORIA

INTERESSADO(S): Maria Luíza Neves de Almeida

JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 017/2014 - TRIUNFO PREV, com vigência a partir de 04/06/2014

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC nº 22/2013.

Recife, 22 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

EXTRATO DA DECISÃO MONOCRÁTICA DE Nº 7140/2014

PROCESSO TC Nº 1403706-3

APOSENTADORIA

INTERESSADO(S): MARIA DA CONCEIÇÃO DE MOURA ROCHA PARENTE MUNIZ

JULGADOR SINGULAR: CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

ATO SUBMETIDO A REGISTRO: Portaria nº 138/2014 - RECIPREV, com vigência a partir de 01/04/2014

Com base nos documentos acostados aos autos e considerando a legislação pertinente à matéria, JULGO LEGAL o ato sob exame e concedo o respectivo registro, ressalvando que os cálculos não foram objeto de análise conforme disposto na ADI Estadual n.º 165720-7 e na Resolução TC nº 22/2013.

Recife, 22 de Setembro de 2014.

CONSELHEIRO RANILSON BRANDÃO RAMOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Setembro/2013 a Agosto/2014

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Setembro/2013 a Agosto/2014	
	LIQUIDADAS (Nota 1) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	289.524.700,63	-
Pessoal Ativo	249.398.214,78	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	38.409.401,82	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.717.084,03	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(41.371.023,27)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	(2.961.621,45)	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(38.409.401,82)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	248.153.677,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	248.153.677,36	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.961.556.209,68	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,3816%	-
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	280.200.276,87	-
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	266.190.263,03	-
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	252.180.249,18	-

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2013 - DADOS DEFINITIVOS

FONTE: SISTEMA E-FISCO 2014 - DADOS PROVISÓRIOS

UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBEIS

DATA DA EMISSÃO: 26/09/2014

HORA DA EMISSÃO: 11:45h

NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou o serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculados aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN.

Nota 3: No 2º quadrimestre de 2014 foram realizados 02 (dois) ajustes aos valores constantes na base de dados do E-Fisco (única fonte de informações para preparação do RGF), para fins de publicação das Despesas com Pessoal do período de setembro de 2013 a agosto de 2014:

- R\$ 52.520,66, correspondente a gastos com Pessoal Inativo e Pensionistas no mês de agosto de 2014, contabilizados a maior no E-Fisco, cuja regularização foi providenciada pela FUNAPE e ocorreu no mês de setembro de 2014;
- R\$ 123.665,31, correspondente a Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) do mês de agosto de 2014, contabilizadas a menor no E-Fisco, cuja regularização foi providenciada pelo TCE-PE e ocorreu no mês de setembro de 2014. Vide demonstrativo do efeito no quadro que segue:

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	RS1,00	RS1,00	RS1,00
	Setembro/2013 a Agosto/2014 RGF	Setembro/2013 a Agosto/2014 E-FISCO	Setembro/2013 a Agosto/2014 DIFERENÇA
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	289.524.700,63	289.453.555,98	71.144,65
Pessoal Ativo	249.398.214,78	249.398.214,78	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	38.409.401,82	38.461.922,48	-52.820,66
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.717.084,03	1.593.418,72	123.665,31
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-41.371.023,27	-41.423.543,93	52.520,66
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-2.961.621,45	-2.961.621,45	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-38.409.401,82	-38.461.922,48	52.520,66
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	248.153.677,36	248.030.012,05	123.665,31
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	248.153.677,36	248.030.012,05	123.665,31
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.961.556.209,68	17.961.556.209,68	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,3816%	1,3809%	0,0007%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,5600 %	280.200.276,87	280.200.276,87	-
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,4820 %	266.190.263,03	266.190.263,03	-
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,4040 %	252.180.249,18	252.180.249,18	-

Valdeir Fernandes Pascoal
Presidente do TCE-PE

Ricardo Martins Pereira
Diretor Geral do TCE-PE

Isaac de Oliveira Seabra
Contador - CRC-PE 16.709 / O-5

Breno César Spindola Correia
Chefe do Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2013 a Agosto/2014**

Tabela 3.1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
Setembro/2013 a Agosto/2014

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												TOTAL ULTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
	set/2013	out/2013	nov/2013	dez/2013	jan/2014	fev/2014	mar/2014	abr/2014	mai/2014	jun/2014	jul/2014	ago/2014		
DESPESA COM PESSOAL (II)	20.832.976,28	21.215.805,12	20.494.306,69	13.826.759,91	21.764.653,13	23.571.331,41	21.819.267,66	21.594.339,15	24.506.690,69	22.783.113,22	23.606.481,36	23.310.215,50	189.834.700,63	-
Pessoal Ativo	17.329.929,34	18.267.764,80	17.544.235,57	37.987.575,69	20.708.383,88	19.505.233,72	18.748.497,04	18.493.632,01	21.264.934,84	19.522.430,36	20.288.926,78	19.536.249,83	249.398.214,78	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota 2)	2.841.142,91	2.840.326,09	2.837.705,13	5.631.498,46	2.917.117,68	2.943.065,47	2.943.401,63	2.971.823,04	3.115.170,10	3.110.923,06	3.111.102,28	3.146.325,97	38.409.401,82	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de concessão (§ 1º do art. 18 da LRF)	161.503,83	106.972,83	112.379,99	207.685,74	139.183,57	123.048,22	137.346,99	126.084,10	125.965,15	149.829,80	206.453,30	127.709,48	1.717.684,93	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(2.880.470,54)	(3.514.368,78)	(2.913.364,80)	(6.378.332,76)	(2.927.041,17)	(3.545.994,57)	(3.035.179,34)	(2.991.906,14)	(3.720.969,54)	(3.145.814,77)	(3.135.861,46)	(3.182.019,37)	(41.371.023,27)	-
(*) Despesa de Exercícios Anteriores de perfeccionamento ou capacitação	(39.327,63)	(674.042,69)	(73.659,71)	(746.834,29)	(9.223,49)	(602.929,10)	(91.777,71)	(20.283,10)	(605.799,44)	(34.291,71)	(24.759,18)	(33.693,40)	(2.961.621,45)	-
(**) Inativos e Pensionistas com Restos a Pagar	(2.841.142,91)	(2.840.326,09)	(2.837.705,13)	(5.631.498,46)	(2.917.117,68)	(2.943.065,47)	(2.943.401,63)	(2.971.823,04)	(3.115.170,10)	(3.110.923,06)	(3.111.102,28)	(3.146.325,97)	(38.409.401,82)	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (II + I*)	17.652.105,54	17.700.694,94	17.580.935,76	37.448.427,16	20.837.641,96	19.025.332,81	18.784.388,32	18.602.433,01	20.785.120,55	19.637.668,45	20.470.627,90	19.628.285,93	248.153.677,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (II + III) = (II + I*) + (III)	20.832.976,28	21.215.805,12	20.494.306,69	13.826.759,91	21.764.653,13	23.571.331,41	21.819.267,66	21.594.339,15	24.506.690,69	22.783.113,22	23.606.481,36	23.310.215,50	189.834.700,63	-
APLICADO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	248.153.677,36													
RECHA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.981.358.209,83													
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	0,10%													
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,500%	280.200.276,87													
LIMITE PRECENDIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,485%	268.190.283,03													
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 20 da LRF) - 1,468%	252.180.249,18													

FONTE: SISTEMA EFBCO 2013 - DADOS DE INÍCIO
FONTE: SISTEMA EFBCO 2014 - DADOS PROVISÓRIOS
UNIDADE RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS, DIVISÃO DE CONTROLE E ANÁLISE CONTÁBILIS
DATA DA EMISSÃO: 26/09/2014
HORA DA EMISSÃO: 11:45h

NOTAS EXPLICATIVAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, nos termos do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: As despesas com servidores inativos e pensionistas vinculadas aos órgãos filiados ao Regime de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE.

Nota 3: No 2º quadrimestre de 2014 foram realizados 02 (dois) ajustes aos valores constantes na base de dados do E-Fisco (base de informações para preparação do RGF), para fins de publicação das Despesas com Pessoal do período de setembro de 2013 a agosto de 2014:
- R\$ 52.520,66, correspondente a gastos com Pessoal Inativo e Pensionistas no mês de agosto de 2014, contabilizados a maior no E-Fisco, cuja regularização foi providenciada pela FUNAPE e ocorreu no mês de setembro de 2014;
- R\$ 123.665,31, correspondente a Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de concessão (§ 1º do art. 18 da LRF) do mês de agosto de 2014, contabilizada a menor no E-Fisco, cuja regularização foi providenciada pelo TCE-PE e ocorreu no mês de setembro de 2014;

Valdeir Fernandes Pascoal

Presidente do TCE-PE

Ricardo Marfim Pereira

Diretor Geral do TCE-PE

Isaac de Oliveira Sombra

Contador - CRC-PE 16.709 / O-5

Renan César Spaldino Correia

Chefe do Núcleo de Planejamento, Control Interno e Desenvolvimento Organizacional do TCE-PE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONSELHO DIRETOR

Valdeir Fernandes Pascoal
Presidente

Carlos Porto de Barros
Vice-Presidente

João Henrique Carneiro Campos
Ouvidor

Marcos Coelho Loreto
Corregedor

Ranilson Brandão Ramos
Presidente da Primeira Câmara

Dirceu Rodolfo de Melo Júnior
Diretor da Escola de Contas

Maria Teresa Caminha Duere
Presidente da Segunda Câmara